

A PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT. ¹

Antonio Mairton B. Azevedo – Universidade do Estado de Mato Grosso

Alex Jorge da Silva

Luciana Almeida de Matos
lugeo_matos@yahoo.com.br

Milton César N.de Oliveira

Vanderley V. Cusni

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de verificar a situação econômica do Assentamento Antônio Conselheiro no município de Tangará da Serra - MT, tendo em vista as dificuldades dos pequenos produtores para sobreviverem diante do agronegócio desenvolvido no município, onde o mesmo não beneficia a todos, é excludente, só produz para exportação e expulsa os trabalhadores do campo, ou seja, a modernização agrícola causa desigualdades sociais e econômicas. A moderna agricultura desenvolvida pelas grandes propriedades rurais, proporcionou a expansão agrícola e degradação ambiental no cerrado Mato grossense, visando à produção de monoculturas para a exportação. Após pesquisas bibliográficas e o estudo "*in loco*" nas grandes, médias e pequenas propriedades do município de Tangará da Serra - MT verifica-se que a pequena propriedade, baseada no trabalho familiar é o modelo ideal para termos uma estrutura fundiária justa, porque são as pequenas propriedades rurais que abastecem o mercado interno com gêneros alimentícios, gerando emprego e renda no campo.

PALAVRAS CHAVES: Pequena Propriedade, Participação Econômica, Agronegócio.

ABSTRACT:

This work has the objective of verifying the economical situation of the Assentamento Antônio Conselheiro in the municipal district of Tangará da Serra - MT, tends in view the difficulties of the small producers for us to survive before the agronegócio developed in the municipal district, where the same doesn't benefit all, it is excluding, it only produces for export and it expels the workers of the field, in other words, the agricultural modernization causes social and economical inequalities. The modern agriculture developed by the great rural properties, it provided the agricultural expansion and environmental degradation in the savannah Matogrossense, seeking to the production of monocultures for the export. After bibliographical researches and the study "in locu" in the big ones, averages and small properties of the municipal district of Tangará da Serra - MT is verified that the small property, based on the family work it is the ideal model for terms a structure fair fundiária, because they are the small rural properties that they provision the internal market with nutritious goods, generating employment and income in the field.

KEY WORDS: small property, economical participation, Agriculture business.

1-Artigo oriundo de aula a campo no município de Tangará da Serra - MT, desenvolvido na disciplina de Geografia Agrária.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu através de leituras e debates em sala de aula na disciplina de geografia agrária e uma aula a campo realizada no município de Tangará da Serra - MT, onde foram feitas visitas e entrevistas com grandes, médios e pequenos proprietários rurais, sendo o objeto do trabalho os agricultores do assentamento Antônio Conselheiro do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

O município de Tangará da Serra surgiu por meio da empresa SITA (Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura), tendo como objetivo a implantação de um pólo de agrícola, utilizando-se da fertilidade do solo e clima favorável à agricultura. (FERREIRA, 2001). O nome Tangará é devido à existência em grande quantidade deste pássaro no município, que está localizado na região médio norte de Mato Grosso, a duzentos e trinta quilômetros da capital Cuiabá, cidade com características peculiares ao agro negócio Mato-grossense, apresentando na sua estrutura fundiária pequena propriedades rurais e grandes propriedades. A expansão agrícola desenvolvida pelo agronegócio, no município causa desigualdades sociais e econômicas, pela modernização agrícola, e a formação de grandes latifúndios entre outros, nessa perspectiva o objetivo da pesquisa é verificar a situação econômica do assentamento Antônio Conselheiro no município de Tangará da Serra - MT, tendo em vista as dificuldades que os pequenos produtores familiares enfrentam desde o financiamento até o escoamento da produção, não tendo capital para investir na aquisição de equipamentos para aumentar a sua produção, diferente das grandes propriedades que predominam culturas mecanizadas e um número reduzido de mão – de – obra na produção, expulsando os trabalhadores do campo. Já nas pequenas propriedades há produção de diversas culturas (milho, mandioca, etc.) produzidas com o trabalho familiar, portanto, a agricultura familiar é que proporciona o retorno das famílias para o campo gerando emprego e renda e o sustento da família através da pequena propriedade.

Diante da divulgação, dos meios de comunicação percebe-se que a agricultura brasileira está voltada para o agronegócio, que é excludente, onde há concentração de terras e capital nas mãos de uma minoria (latifundiários), situação observada em aula a campo na cidade de Tangará da Serra – MT.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO CAPITALISMO.

Um intenso processo de transformação econômica tem ocorrido nos últimos anos em Tangará da Serra - MT. E essa transformação passou a ser caracterizada, principalmente no campo, refletindo no assentamento desta região, incorporando técnicas ao processo produtivo no cultivo da agricultura. Na pequena propriedade e nos assentamentos as técnicas que são empregadas nos cultivos anuais, têm como finalidade evitar o esgotamento do solo, bem como adoção de sementes adequadas, a implantação do sistema de rotação de culturas, e também mudanças técnicas quando necessário, como por exemplo, a inclusão do cultivo em curvas de nível, plantio direto e alterações nos equipamentos. A preocupação do pequeno agricultor é com organização da produção e a ocupação do espaço. Porém a agricultura intensiva praticada pelas grandes propriedades impõe um caráter destrutivo, visando à obtenção de lucros.

Segundo Moraes (199, p.65) Numa sociedade capitalista, o conjunto de leis que a regem é necessariamente burguês e existe para servir o capital e defender seus interesses. O mesmo pode ser dito do Estado, que mesmo sob o disfarce liberal e formalmente voltado para o interesse de toda a sociedade, representa particularmente sob este modo de produção a dominação da classe burguesa.

O autor ressalta que apesar da agricultura intensiva ser prejudicial ao meio ambiente, ela predomina porque o modo de produção é dominado pela burguesia.

As características da agricultura de exportação e a maneira como as propriedades rurais estão distribuídas, são traços marcantes da colonização, que permaneceram mesmo após a independência. Desde o período colonial, uma pequena e privilegiada classe social possui a maior parte das terras cultiváveis, desenvolvendo a produção de monoculturas para a exportação, que é a mais lucrativa. Somente os pequenos proprietários rurais produzem para o mercado interno, possuindo algumas características.

De acordo com Guimarães (1989, p.217) A propriedade camponesa típica é aquela que, sendo explorada exclusiva ou principalmente á base do trabalho familiar, basta para proporcionar a subsistência da família do seu possuidor ou para lhe fornecer um pequeno excedente, cuja venda ou realização no mercado lhe dá o necessário par atender as necessidades essenciais (habitação, vestuário, recreação, etc.).

No assentamento Antônio Conselheiro, cada propriedade, possui uma área de 29hectares, na qual há uma variedade de cultivos como mamão, abacaxi, milho e mandioca... que são comercializado no mercado interno. As técnicas utilizadas para o manejo do solo são rudimentares, visto que os assentados não possuem recursos para a compra de maquinários e insumos o que dificulta a concorrência com as grandes propriedades.

De acordo com Guimarães (1989 p.208) São tão profundamente diferenciados os caracteres desses dois setores que não teria despropositado falarmos na existência em nosso país de duas agriculturas: a agricultura de exportação, baseada na propriedade latifundiária, e a agricultura de subsistência, baseada na propriedade capitalista e na propriedade camponesa.

O problema da estrutura fundiária está justamente na excessiva concentração da terra em mãos de uma minoria de proprietário (latifundiários). Isso torna-se mais grave se considerarmos que essas terras também são as mais férteis e são ocupadas por cultivos de gêneros destinados a exportação ou pecuária extensiva, situação observada *“in loco”* no município de Tangará da Serra – MT.

O município de Tangará – MT apresenta-se ser uma área de alto nível produtivo, isto possibilita o aumento dos movimentos sociais de luta pela terra.

Segundo Gomes (1991, p.37) Com o surgimento da propriedade particular dos meios de produção aprofundam-se as desigualdades sociais em função das diferenças patrimoniais, conduzindo à formação da hierarquia de classe: dominadores e dominados.

As desigualdades sociais é o resultado da concentração de renda, que conseqüentemente forma as classes sociais tão distintas.

De acordo com dados extraídos do Censo Agropecuário do IBGE (2005) a produção de alimentos das pequenas propriedades com até (200 ha.) só perdem para as grandes propriedades (acima de 2000 ha.) na produção de cana-de-açúcar. As propriedades familiares produzem para o povo brasileiro: 72% leite, 78% feijão, 85% banana, 93% mandioca, 74% batata, 55% milho, 76% tomate, 60% mamão, 39% arroz e 46% de animais de grande porte, 86% de animais de médio porte, 85% animais de pequeno porte e aves.

Com o surgimento do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, tendo como objetivo de apoiar financeiramente os agricultores familiares brasileiros, o acesso a terra por parte dos pequenos produtores melhorou. Porém constatou-se, na aula a campo, que apesar da existência do PRONAF os pequenos agricultores de Tangará da Serra – MT não estão conseguindo exercer suas atividades agrícolas, tendo em vista não conseguirem a liberação de novos empréstimos bancários.

De acordo com Piaia (2003, p. 48). Os agricultores mato-grossenses possuíam, em 1996 a maior dívida junto ao Banco do Brasil, se comparada às demais unidades de federação. A dívida era de R\$ 1,45 bilhão, representando 27% do PIB do Estado, avaliado em R\$ 7,19 bilhões.

Portando nota-se que o problema dos pequenos agricultores em manter suas atividades agrícolas não é falta de um programa de financiamento tendo em vista a existência do PRONAF, ou seja, os problemas estão no aumento de suas dívidas junto ao banco por conta da política monetária que elevam as taxas de juros, dificultando o pagamento das dívidas contraídas anteriormente, pelos pequenos produtores, a falta de infra-estrutura que dificulta o escoamento da produção, a existência dos atravessadores que se utilizam da inexistência dos meios de transportes nas pequenas propriedades para o escoamento da produção agrícola. Ao contrário das grandes propriedades que conseguem o crédito e o apoio para produzirem cada vez mais, monoculturas para a exportação, intensificando o uso de máquinas e implementos agrícolas, Insumos químicos (adubo fertilizantes, inseticidas e sementes selecionadas) etc.poluindo o meio ambiente.

De acordo com Poltronièri (1984, p.182). Agricultura moderna è uma importante fonte de poluição do meio ambiente. O uso maciço de adubos químicos e o recurso sistemático as praguicidas, permitiram um aumento significativo dos rendimentos agrícolas nos pises desenvolvidos, porém a elevação da produtividade foi acompanhada de uma serie de efeitos indesejáveis nocivos, ligados a crescente contaminação da atmosfera e dos solos.

A modernização agrícola impõe um caráter destrutivo e o primeiro deles é a retirada da vegetação nativa, poluição do lençol freático, alimentos, etc., enquanto a população continua subalimentada. Porém o sistema capitalista visa a obtenção de lucros e não as necessidades humanas.

Segundo Damiani (2001 p.70) A produção capitalista não tem por finalidade a satisfação das necessidades humanas, mas a valorização do capital. A necessidade aparece no mercado somente sob forma de demanda solvável vinculada ao poder aquisitivo do comprador.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.

Na década de 1950, acentuaram-se as diferenças econômicas e sociais entre os países do primeiro e terceiro mundo. Entre os elementos que caracterizaram essas diferenças, foi a presença da fome que continua até os dias atuais. Diante desta realidade existente os países capitalistas desenvolvidos, sugeriram a modernização agrícola nos países subdesenvolvidos, difundindo a idéia de que era necessário produzir mais alimentos. Porém o que estava por trás deste discurso era a acumulação capitalista que necessitava ampliar o seu mercado consumidor.

O grupo Rockefeller, articulou a Revolução Verde, ou seja, impôs aos países subdesenvolvidos a absorção de tecnologias estranhas e nem sempre adaptadas às características de seus solos. O desenvolvimento técnico – científico, proporcionou a expansão agrícola no cerrado Mato-grossense.

Segundo Bernardes, (1996, p.336). O desenvolvimento técnico - científico foi o instrumento que possibilitou uma manipulação dos recursos naturais no cerrado mato-grossense. Os avanços alcançados em rendimentos médios resultam da organização do espaço agrário em termos de variedades de cultivares geneticamente adequados às condições do cerrado, da dependência de insumos fornecidos pelas multinacionais, principalmente no que se refere a fertilizantes e agrotóxicos, além do uso de máquinas e implementos modernos.

A modernização agrícola não modificou a estrutura fundiária, porque ela é conservadora, ou seja, não mexeu nos latifúndios, agravou ainda mais a concentração de terras e a fome continua sendo um dos problemas mais sérios dos países subdesenvolvidos, e a explicação está justamente na diferença entre as grandes monoculturas para exportação e as lavouras de subsistência. Isso acontece porque as culturas de exportação são mais “nobres”, isto é, dão mais lucro e contam com maiores incentivos do governo, como o fornecimento de créditos em longo prazo, a assistência especializada e recursos técnicos diversificados, diferente dos pequenos agricultores que são menos assistidos pelas políticas agrícolas.

De acordo com Piaia (2003, p38) Por outro lado, boa parte dos agricultores (geralmente minifúndios) não consegue os créditos agrícolas, ou quando não têm condições de acompanhar as altas taxas de juros cobrados pelo banco. A maioria desses agricultores acaba perdendo suas terras que foram hipotecadas aos bancos, ou então vendidas a outros agricultores “bem sucedidos”. Abandonam o campo e vão morar nas periferias das cidades.

Outro motivo que dificulta o desenvolvimento das lavouras de subsistência é o preço elevado das máquinas agrícolas e demais equipamentos. Isso impede que os pequenos proprietários de terras tenham acesso a esses recursos, dessa forma os pequenos produtores não tem como se desenvolver, porque a classe latifundiária controla a política cambial.

Segundo Guimarães (1989, p.203) Por dominar mais da metade das divisas obtidas nas trocas comerciais com o Exterior, das quais depende o suprimento dos meios de produção indispensáveis ao desenvolvimento econômico, a classe latifundiária controla diretamente nossa política cambial e, indiretamente toda a nossa política econômico-financeiro.

O agronegócio desenvolvido no município de Tangará da Serra – MT proporcionou a expansão agrícola e a destruição do meio ambiente, devido o uso intensivo de adubos químicos, inseticidas, sementes selecionada, entre outros, estes recursos permite um aumento significativo no rendimento da produção, porém essa elevação da produtividade provoca a poluição da atmosfera, dos rios, dos solos, lençol freático e a contaminação dos alimentos.

Portanto a modernização agrícola visa a produção de monoculturas para exportação, aumentando a obtenção de lucros (capital) para os latifundiários, não atendendo as necessidades humanas.

Segundo Graziano Neto (1986, p.82) maximização do lucro no menor prazo possível provoca indubitavelmente sérias agressões no meio ambiente, (...) como a poluição do ar nas grandes cidades, os alimentos contaminados, as alterações climáticas, os solos destruídos, as doenças da civilização (como o Câncer) etc”.

A moderna agricultura nas grandes propriedades exigiu a retirada da cobertura vegetal do cerrado Mato Grossense, onde foi substituída por monoculturas mecanizadas, que cresce cada vez mais, através do agronegócio.

O uso de máquinas agrícolas nas grandes propriedades rurais do município de Tangará da Serra - MT, além de degradar o meio ambiente, provocada à expulsão dos trabalhadores do campo, porque nas grandes propriedades rurais, predomina as monoculturas mecanizadas e os poucos trabalhadores que ainda trabalham nessas grandes propriedades são sazonais, situação observada “in loco”, diferente do assentamento que praticam a policultura e as técnicas cultivos empregadas nas pequenas propriedades têm como finalidade evitar o esgotamento do solo com a implantação do sistema de rotação de culturas, utilizando sementes adequadas, porque O pequeno agricultor tem a preocupação de preservar o meio onde ele vive e retira a sua subsistência. Porém as formas tradicionais não são estudadas no intuito de amenizar os impactos sobre o meio ambiente.

De acordo com ANDRADE (1994 p.79) A preocupação de encontrar soluções técnicas de ‘alto nível’, para os problemas ecológicos e ambientais tem sido uma falsa, de vez que os nossos técnicos, em geral, não se preocupam em estudar as formas tradicionais de utilização dos solos, que mantinha o equilíbrio ecológico, como a agricultura indígena.

O município de Tangará da Serra – MT, nos últimos anos está passando por um intenso processo de transformação econômica, principalmente no campo, onde a moderna agricultura é desenvolvida

pelas grandes propriedades. Sendo utilizadas para o cultivo da agricultura no assentamento, os instrumentos fundamentais, os tratores, ferramentas manuais (enxada, etc.), entre outros. Portanto a moderna agricultura caracteriza pela introdução de novas técnicas principalmente as máquinas no sistema produtivo das grandes propriedades rurais.

De acordo com ALMEIDA, (1984; p. 18) O processo pelo qual se deu, no século XIX, incremento da produção e da produtividade, inclui a incorporação de novas técnicas e insumos, principalmente máquinas, oriundas da indústria, proporcionando uma dupla modificação na agricultura.

O conceito de agricultura engloba não apenas a lavoura, mas sim outras atividades, como por exemplo, a criação de gado, mas todas elas requerem técnicas específicas que foram desenvolvidas pelos nossos antepassados, e que ainda continua sendo aperfeiçoado pelo homem moderno, visando o aumento da produtividade e conseqüentemente a acumulação de capital. Mas ao desenvolver as técnicas é preciso preocupar com o meio ambiente, pois precisamos dele para sobreviver.

Segundo DINIZ (1984; p. 90) Para que uma determinada área produza alguma coisa, é preciso que alguma técnica agrícola seja empregada. Existem técnicas que tanto servem a lavoura como a pecuária, como adubação e correção de solos, terraceamento, combate a pragas, desenvolvimentos de novas espécies etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os fatores aqui mencionados evidenciam que a pequena propriedade baseada na agricultura familiar apresenta-se como um modelo ideal para a produção de alimentos, manutenção do homem no campo, para o abastecimento interno do país e geração de emprego e renda, contribuindo desta forma para inclusão social de muitos trabalhadores rurais e uma estrutura fundiária justa.

As pequenas propriedades rurais, cultivadas com o trabalho familiar, têm importância fundamental., porque são essas propriedades que garantem o fornecimento de gêneros alimentícios no mercado interno, preocupam com a questão do meio ambiente, diferente das grandes propriedades que só produzem para exportação, visando à acumulação de capital.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. *Biotechnology e Agricultura – Perspectivas para o caso brasileiro*. Petrópolis: Vozes/Biomatrix, 1.984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O desafio ecológico: utopia e realidade*. São Paulo: Hucitec, 1.994.

BERNADES, Julia Adão. *As estratégias do capital no complexo da soja*. IN CASTRO, Iná Elias de. Et all (orgs). *Brasil questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DAMIANI, Amélia Luisa. *População e geografia*; 5º Ed; São Paulo, contexto, 2001.

DINIZ, José Alexandre Felizola. *Geografia da Agricultura*. São Paulo: Ed. Difel, 1984.

FERREIRA, João Carlos. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá. Buriti, 2001.

GOMES, Horieste. *A produção do espaço no capitalismo*; 2ªEd; São Paulo contexto, 1991.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAES C.R. COSTA Wanderley M.da Costa. *A valorização do espaço no capitalismo*. 4ª Ed. São Paulo Hucitec 1999.

PIAIA, Ivane Inês; *Geografia de Mato Grosso*; 3. ed. Edunique; Cuiabá: 2003.

POLTRONIÉRI, Lígia Celoria; *Atividades agrícolas, impactos e riscos ambientais*. IN Anais XI ENGA. Maringá-PR, 1992.

[http:// www.ibge.gov.com.br](http://www.ibge.gov.com.br) Acesso em 05 de junho de 2005, 17:10:33